



**PARECER JURÍDICO**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 02/2023 – TERMO DE FOMENTO N.º**  
**001/2023**

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica, na forma do artigo 35, inciso VI e § 2º, da Lei n.º 13.019/2014, o presente procedimento administrativo que tem por objetivo a formalização de termo de fomento entre o Município de São Sebastião do Caí e a Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí, entidade sem fins lucrativos.

**É o relatório. A seguir, o parecer.**

O Parecer Jurídico em Procedimentos Licitatórios cumpre a função de apurar a legalidade do procedimento administrativo, assim como os pressupostos legais de contratação, isto é, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo oriundo da parceria com o sistema jurídico vigente.

A legislação pátria estabelece que as parcerias dar-se-ão por meio de processo de chamamento público, com exceção das regras de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos artigos 30 e 31 da Lei n.º 13.019/2014.

De acordo com o artigo 31, inciso II, da Lei das Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, é inexigível a licitação quando a parceria decorrer de transferência de recursos para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei.

No presente caso, a Lei Municipal n. 4.535, de 20 de dezembro de 2022, autoriza a celebração de parceria com a Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí, no montante anual de até R\$ 234.648,00 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta e oito reais), in verbis:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parceira, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014, com a Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.703.743/0001-28, com sede social Avenida Osvaldo Aranha, n.º 1120 - bairro Vila Rica - neste Município, para o exercício de 2023, no montante de até R\$ R\$ 234.648,00 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta e oito reais).

Além da legislação autorizadora, verifica-se a inviabilidade de competição, vez que a Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Caí é a única entidade local que presta os serviços essenciais à comunidade, como atendimento de urgência e emergência, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos, resgates em altura, veiculares e aquáticos, dentre outras atividades de interesse coletivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Plano de Trabalho, que cita as principais atividades a serem desenvolvidas pela entidade através da parceria com o ente público municipal, foi aprovado pela Comissão de Seleção nomeada pela Portaria n.º 112/2021, conforme se identifica na ATA anexa.

Logo, presume-se que há relação intrínseca entre o projeto apresentado e os interesses da Administração Pública Municipal. Há, portanto, identidade e reciprocidade de vontades, permitindo a parceria com o fim de atender os interesses da coletividade, especialmente aqueles descritos no Plano de Trabalho.

A minuta do termo de colaboração está de acordo com os requisitos legais inseridos no artigo 42 da Lei n.º 13.019/2021, devendo para a celebração da parceria serem aportados aos autos os documentos elencados no artigo 34 da referida Lei.

Ante o exposto, esta assessoria jurídica, diante do que foi apresentado, manifesta-se pela possibilidade de formalização do termo de fomento por meio de inexigibilidade de licitação, apontado sobre a necessidade acerca da observação dos requisitos legais e publicação dos atos provenientes deste procedimento administrativo.

São Sebastião do Caí/ RS, 30 de dezembro de 2022.

**Franciele Simon Simsen,**  
OAB/RS n.º 105.710